

**Transcrição das intervenções produzidas no Seminário  
“Séniiores e o Direito à Dignidade”, que ocorreu no Auditório  
do Edifício Novo da Assembleia da República em 23 de Junho  
de 2015**

**Organização conjunta da Associação de Ex-Deputados à Assembleia da  
República e da Cruz Vermelha Portuguesa**

Ponto um: Evolução Demográfica e Envelhecimento da Sociedade Portuguesa

Intervenção da Professora Doutora Maria João Valente Rosa:

“Muito bom dia a todos. Começo por agradecer à Associação de Ex-Deputados à Assembleia da República e à Cruz Vermelha Portuguesa o convite que me endereçaram para começar este dia tão interessante e que tem a ver com a vida de todos nós. Venho aqui falar do envelhecimento demográfico, assunto que não é novo para ninguém. Mas apesar deste tema não ser novidade para ninguém, há ainda quem continue a recusar aceitar este processo mesmo em termos sociais. Para que não restem dúvidas sobre o que está a acontecer, vou abordar o tema do envelhecimento enquanto tendência demográfica e em seguida enquanto argumento à nossa imaginação colectiva. Em termos de factos (e projectou um slide) podemos ver que a população portuguesa, entre 1971 e 2014, aumentou em cerca de um milhão e oitocentas mil pessoas. Mas este aumento não se repartiu de forma equitativa por todos os grupos etários. O grupo dos mais jovens, com menos de 15 anos, diminuiu, em cerca de um milhão neste período, o grupo entre os 15 e os 64 anos aumentaram em cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas e o grupo acima de 65 anos (que doravante passarei a designar por idosos) aumentou em cerca de um milhão e trezentos mil. Isto significa que a população portuguesa, neste período, alterou-se e mudou o seu perfil. Isto é, o número de pessoas jovens tem vindo a diminuir de forma significativa, o número de pessoas idosas tem vindo a aumentar. A partir de 2001, o índice de envelhecimento, ultrapassou o valor 100, ou seja, actualmente, considerando a população nestes três grandes grupos atrás descritos (menos de 15 anos, entre 15 e 64 anos, e mais de 65 anos) a população com mais de 65 anos é o segundo grupo mais significativo do ponto de vista demográfico na população portuguesa. Em 2014, por cada 100 jovens já temos 139 pessoas com 65 ou mais anos de idade. Cerca de 47% da população portuguesa já tem 45 ou mais anos de idade, ou seja, cerca de metade da população tem mais de 45 anos, quando no início dos anos 70 menos de 1/3 da população tinha mais de 45 anos. Por outro lado, outros equilíbrios começam a ser postos em causa, como o índice de dependência dos idosos, que nos diz que por cada 100 pessoas em idade activa (grupo dos 15 aos 64 anos) quantos existem no grupo de idade igual ou superior a 65 anos. Eram 16 no início dos anos 70, hoje são 31. O índice de renovação da população em idade activa também se reflecte internamente dentro de cada um destes grupos etários, isto é, nas idades activas a população internamente

também está a envelhecer. Actualmente, já existem mais pessoas entre os 55 e os 64 anos, do que entre os 20 e os 29 anos. O índice de longevidade, a percentagem de pessoas mais velhas dentro dos idosos, também está a aumentar, já representa cerca de 50% da população com 65 anos e mais. Esta trajectória está a acontecer em Portugal, mas o mundo como um todo também está a envelhecer, a situação portuguesa não é exclusiva no mundo nem na Europa. No entanto, há regiões no mundo mais envelhecidas do que outras, e neste grupo está a Europa, que já é conhecida como o continente grisalho. Mas, neste domínio do envelhecimento, Portugal tem uma originalidade, que foi o facto de termos envelhecido de uma forma muito mais rápida do que a generalidade dos países mais envelhecidos da Europa e mesmo do mundo. Olhando para estes dois gráficos, de 1970 e 2013, e tendo por base o índice de envelhecimento, no início dos anos 70 Portugal era o país com o índice mais baixo. Nenhum país da Europa tinha nessa data mais idosos do que jovens, mas quando olhamos para a situação de 2013 todos os países envelheceram, mas Portugal subiu vários pontos neste ranking e já é o quarto país mais envelhecido deste conjunto de países da Europa e é também um dos países mais envelhecidos do mundo. Em 2011 Portugal encontrava-se na sexta posição entre os países mais envelhecidos do mundo. Mas esta situação não é fruto do acaso, tem a ver naturalmente com uma melhoria significativa das condições de vida da população portuguesa e com o desenvolvimento. Este avanço reflectiu-se numa diminuição do número de nascimentos ao longo do tempo, visto que nos anos 60 nasciam mais de 200.000 crianças por ano, e em 2014 nasceram 82.367 crianças, menos de metade das que tinham nascido no início dos anos 60. O número médio de crianças por mulher tem vindo a reduzir-se de forma significativa, o índice sintético de fecundidade diz que no início dos anos 60 o número médio de filhos por mulher rondava os 3,2 e em 2014 Portugal já tem o valor mais baixo neste índice de toda a União Europeia. Foi em 1982 que Portugal perdeu a capacidade de substituir as gerações, isto é, até essa data Portugal era um país de descendências numerosas, e actualmente é exactamente o contrário que se verifica. Nasceram menos crianças, e isso tem efeito sobre os jovens, fazendo encolher a base da pirâmide. A causa para o envelhecimento tem também a ver com os sucessivos avanços sobre a mortalidade. E na mortalidade, é de destacar a rapidez com que Portugal conseguiu diminuir a mortalidade infantil. No início dos anos 60 Portugal tinha a mais alta taxa de mortalidade infantil dos países que compõem hoje a União Europeia, por cada 1.000 nascimentos morriam cerca de 78 crianças. Actualmente, a taxa de mortalidade infantil é extremamente baixa, morrem menos de 3 crianças por cada 1.000 nascimentos. A diminuição da mortalidade afectou igualmente outras idades, e no global a esperança de vida tem vindo a aumentar bastante. Entre 1970 e 2013 a esperança média de vida à nascença aumentou cerca de 13 anos para os homens e mulheres, cifrando-se hoje nos 83 anos para as mulheres e em 77 anos para os homens. Foram ganhos que se conquistaram muito à custa da mortalidade infantil mas não só, porque a esperança média de vida aos 65 anos também registou ganhos importantes, de mais 5 anos para os homens e 6 anos para as mulheres. Actualmente, a esperança média de vida aos 65 anos é de 21 anos para as mulheres e de 17,2 anos para os homens. Em relação ao futuro, eu não trouxe uma bola de cristal, mas posso dar algumas garantias para o que irá acontecer a médio prazo. Cenários recentes publicados pelo INE revelam para 2060, e

tendo em consideração um cenário alto, (isto é, tendo em atenção um aumento dos níveis de fecundidade, admitindo um aumento da esperança de vida e um saldo migratório positivo, invertendo a trajectória actual), a população portuguesa não deixará de envelhecer. Estaremos em 2060 bem mais envelhecidos do que actualmente, a população continuará a diminuir, o grupo das pessoas com menos de 15 anos deverá reduzir-se, a população em idade activa poderá registar uma diminuição muito significativa, e o grupo de pessoas com mais de 65 anos poderá ultrapassar os 3 milhões nas próximas décadas. O número de idosos por cada 100 jovens, poderá representar o triplo desse valor. Também o número de pessoas em idade activa por idoso deverá continuar a diminuir. Face a este panorama, há quem entenda que o envelhecimento está a constituir uma ameaça à nossa sociedade e ao seu equilíbrio, e que põe em risco o próprio estado social. Estamos todos muito amedrontados com a questão do envelhecimento. Eu diria que o envelhecimento pode representar um perigo para o futuro desta sociedade se se mantiverem alguns princípios, entre os quais que a idade continua a valer mais do que o mérito. Vivemos hoje numa sociedade do conhecimento, e o conhecimento não tem barreiras de idade, mas continuamos a olhar para as pessoas em função da idade que têm e não daquilo que valem. Também se continuarmos a partir da ideia de um ciclo de vida com 3 fases distintas, a fase de formação, a fase de trabalho e a fase de reforma ou lazer. E igualmente se mantivermos a actual fórmula de financiamento das pensões. Se estes princípios se mantiverem de facto a sociedade corre riscos. Isto também em virtude de um enorme desperdício do capital humano, e devido ao desequilíbrio financeiro entre gerações. A esperança de vida tem vindo a aumentar para os homens e as mulheres, e isso é bom em termos de qualidade de vida. Hoje alguém com 70 anos nada tem a ver com alguém que tinha 70 anos há umas décadas atrás. No entanto, quando olhamos para a idade de aposentação dos funcionários públicos ou para a idade de reforma dos novos pensionistas da Segurança Social percebemos que a idade média de reforma tem andado em contraciclo relativamente à esperança média de vida, ou seja, ainda se mantêm inferior aos 65 anos. É de 61 anos no caso da Caixa Geral de Aposentações e no caso da Segurança Social é de 64 anos para as mulheres e 63 para os homens. Mas isto implica um desequilíbrio financeiro entre gerações, ou seja, a população activa de 1974 até hoje aumentou 1,4 vezes, enquanto que as pensões de velhice e de sobrevivência da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações aumentaram quase 5 vezes no mesmo período. O número de activos por pensionistas em 1974 era de 5, em 2013 é de 1,5 e este valor deverá continuar a diminuir. Mas o envelhecimento não tem de ser um perigo e uma ameaça, não só pelas causas que motivaram este sucesso (deveríamos estar todos a festejar o envelhecimento. Ficaria mais preocupada se continuasse a viver num país igual ao momento em que eu nasci, porque eramos pouco envelhecidos pelos piores motivos, vivíamos pouco tempo e dominados pela ignorância). Se deixarmos de pensar nos idosos (grupo de 65 anos ou mais) como um grupo totalmente homogéneo, não há uma pessoa igual a outra, embora muitas destas pessoas partilhem circunstâncias idênticas, como a idade e encontrarem-se em situação de reforma. Vou ainda falar rapidamente de cinco mitos que levam a rezear o aumento de importância dos idosos no quadro desta sociedade que continua a envelhecer. Irei colocar estes 5 mitos à prova dos factos e dos números. O primeiro mito é que os idosos do

futuro são um decalque ampliado dos idosos do presente, isto é, no futuro vamos ter mais do mesmo do que temos hoje. Isto não é verdade, os idosos do futuro são bem diferentes dos idosos de hoje, tal como os idosos de hoje são bem diferentes dos idosos do passado. São pessoas que sabem que vão viver mais tempo, têm exigências de bem estar e conforto superiores às de antigamente, estão habituados a consumos diversificados, irão ser muito mais escolarizados e estarão muito mais próximos das novas tecnologias. É importante a ideia de que as pessoas saberão que irão viver mais tempo, e isso é um dado importante que poderá marcar a vida das pessoas. Outro mito é que se diz que o envelhecimento é contrário à produtividade, e essa é uma das causas para se rejeitar o envelhecimento. Logo, as sociedades mais envelhecidas seriam as menos produtivas. Ora, trago aqui um gráfico (projectou um slide) onde na linha horizontal está representada a produtividade real de trabalho por hora e na linha vertical está representada a percentagem de pessoas com 65 e mais anos. Nesta bolha estão os 28 países da União Europeia. Assim, quanto mais à direita estiverem representados os países, significa que mais produtivos são, e quanto mais para cima para envelhecidos são. Se comprarmos, por exemplo, a Alemanha com Portugal percebemos que os dois países estão envelhecidos com a mesma intensidade, mas em termos de produtividade pouco têm a ver. Se comprarmos, por exemplo, a Suécia (país já muito envelhecido) com a Polónia (país bem mais jovem) verifica-se que não existe uma relação directa de causa/efeito, visto que a Suécia é muito mais produtiva do que a Polónia. O terceiro mito é de que o emprego é um jogo de soma nula entre as partes, ou seja, muitas vezes passa a ideia que dar trabalho a alguém mais velho significa que se está a tirar emprego a uma pessoa mais jovem. Ora, isto não é assim, nem se aplica este princípio de vasos comunicantes. Olhando para a evolução das taxas de desemprego ao longo do tempo para dois grupos de idade em especial, grupo com menos de 25 anos, e outro grupo entre os 55 e os 64 anos, vê-se que andam em linha uma com a outra, isto é, o facto do desemprego entre os mais velhos aumentar não reverte em emprego para os mais jovens. O emprego relaciona-se sobretudo com o dinamismo da economia, e não com esta falsa questão do trabalho dos mais velhos em idade activa. Não é isto que se passa na realidade, o número total de empregos não é fixo, pode aumentar reflectindo o dinamismo da própria economia. Outro mito que se tenta fazer passar é de que a reforma é a melhor solução para as pessoas, todos ambicionam a reforma, e isso é complicado para a sociedade porque iremos ter cada vez mais reformados. Um estudo recente elaborado no âmbito do Ano Internacional das Pessoas Idosas pela Comissão Europeia/Eurobarómetro revela que a situação de trabalho com reforma a tempo parcial é a situação considerada mais favorável para a maioria das pessoas inquiridas na União Europeia. E também no nosso país é a situação preferida pela maioria dos inquiridos. O último mito que passa frequentemente, é que mais tempo de vida significa mais tempo de vida não saudável, ou seja, que o envelhecimento representa uma doença do ponto de vista individual. Ora o envelhecimento não é uma doença. E mostro um gráfico (projectou um slide), onde o que está aqui representado são os 28 países da União Europeia ordenados pela esperança média de vida aos 65 anos para o caso dos homens e das mulheres. O primeiro país que surge é o que tem a esperança média de vida mais elevada, e o último a esperança de vida mais baixa. As barras representam o número de anos de esperança de

vida saudável aos 65 anos, isto é, sem incapacidade. E como se vê as barras não têm coerência, não evoluem todas no mesmo sentido, não têm comportamento idêntico. Quanto maior for a barra pior a discrepância entre o número de anos que se vive e o número de anos de vida saudável. O país onde existe menor discrepância entre o número de anos que se vive e o número de anos de vida saudável é a Suécia para os homens e mulheres. Já na Alemanha, para os homens, é onde se regista o valor máximo de discrepância. No caso das mulheres é a Eslováquia. Em suma, envelhecemos e continuaremos a envelhecer. Mas o envelhecimento está a funcionar como um despertador que nos está a avisar que os tempos são outros, totalmente diferentes. E para que Portugal não morra de velho é necessário revermos algumas fórmulas e mitos do passado e porventura alterarmos significativamente alguns pressupostos, para os adaptarmos aos novos tempos. Escrevi recentemente um livro, que se chama “O envelhecimento da sociedade portuguesa” em que avanço com uma série de ideias para reflexão e discussão. Aqui trago apenas duas ideias, uma tem a ver com o valor social das pessoas, com a substituição do marcador idade pelo marcador mérito, e outra é a revisão do nosso modelo de ciclo de vida, em que as três fases (formação, trabalho e reforma) da vida passem a estar misturadas. A formação deverá prolongar-se ao longo da vida, na idade activa. E poderemos trabalhar de forma menos intensa na idade activa (15 aos 64 anos) mas trabalharmos por um período mais longo de tempo. Alguns críticos dizem que esta ideia é válida mas relaciona-se com remuneração, trabalhar menos implica ganhar menos. Mas mais uma vez isso não passa na prova dos factos. Nos países com trabalho a tempo parcial a nível mais intenso as remunerações são superiores. E o trabalho parcial é mais significativo nos países que nós gostamos de usar para nos compararmos, com os países mais desenvolvidos da Europa. Menos tempo de trabalho na idade central da vida liberta-nos tempo para formação e lazer. Mas é importante que cada um de nós, só porque tem dada idade, não se dispense do contributo que a sociedade precisa e pense que já não é relevante. E é importante que a sociedade abra portas para estes novos desafios. Não é o envelhecimento demográfico que é a causa dos nossos males, o problema está na dificuldade que estamos a ter em nos adaptar aos novos tempos e de pensarmos de forma diferente. É isto que se exige para que Portugal não morra de velho. Muito Obrigada.”

Intervenção da Arquitecta Helena Roseta:

“Muito bom dia a todos. É uma alegria estar aqui com esta sala cheia e quero agradecer ao meu amigo Dr. Luís Barbosa o convite que me fez. Eu não sou de maneira nenhuma especialista na área do envelhecimento, mas já sou idosa, tenho 67 anos, e portanto represento esta camada populacional que estamos a tratar. Aquilo que trago aqui é sobretudo um testemunho do que tem sido o meu trabalho como autarca em Lisboa, onde temos dado particular atenção a esta questão. Lisboa é uma cidade envelhecida, tal como o resto do país, no tecido demográfico, mas também no tecido edificado. Bairros novos propriamente ditos só temos um, com cerca de 20 anos, que é o Parque das Nações. Dos bairros de meia idade, o mais recente é Chelas, dos anos 70 e 80. Os Olivais já vão fazer 50 anos, Alvalade tem 60/70 anos, portanto os

bairros também têm idades. Os bairros históricos são uma acumulação de gerações sucessivas, por isso aí não contamos os anos, têm uma data de idades ao mesmo tempo, e em cada bairro há edifícios mais novos e mais antigos. Mas é importante perceber que o tecido edificado está a envelhecer, e isto traz problemas, nomeadamente da reabilitação, porque um edifício que precise de uma renovação profunda é bastante mais difícil do que fazer de novo. Lisboa é uma cidade envelhecida por factores como o aumento da esperança de vida, diminuição das taxas de fecundidade, e também pela carestia de habitação nova na cidade de Lisboa. A capital é mais envelhecida do que os concelhos limítrofes que estão à sua volta. Lisboa é uma idade idosa, com cidadãos maioritariamente acima de 65 anos. São cidadãos de pleno direito, a população idosa em Lisboa é um recurso precioso para a cidade, pois têm uma qualificação média muito superior à dos outros idosos no país e ainda por cima com tempo disponível. Isto só não é aproveitado por uma cidade que não seja inteligente. Vamos ver a comparação entre o país e a região (projectou um slide) onde podem observar o gráfico em baixo. A linha verde representa a evolução da população idosa nos últimos 20 anos para a Área Metropolitana de Lisboa, a linha azul representa o mesmo indicador para o país. Como se pode ver, a AML praticamente acompanha a tendência do país, sendo ligeiramente menos do que a população idosa do país. A vermelho temos a situação de Lisboa, com uma percentagem mais elevada do que a média nacional. Uma das ideias feitas é que o interior do país está muito desertificado e idoso. Ora, os grandes centros urbanos também estão desertificados e idosos, com índices parecidos! São dois fenómenos paralelos, devido sobretudo ao funcionamento do mercado de trabalho, onde as pessoas saem do interior para irem para as áreas urbanas do litoral, e depois ao mercado imobiliário, onde as pessoas vão morar para a periferia porque não conseguem encontrar casa a preços razoáveis nos centros das cidades. Outro fenómeno importante em Lisboa é a percentagem de idosos que vivem sozinhos. Pode ser uma escolha, uma circunstância da vida, mas esta percentagem é muito mais elevada em Lisboa do que no país, como se pode ver no gráfico (projectou outro slide). Lisboa tem 15,7% de idosos a viverem sozinhos, a AML com 11,5% e o resto do país com 11% (dados de 2011). Nesta percentagem elevada de idosos que vivem sozinhos temos o factor importante da solidão. Outra coisa que gostaria de abordar é como Lisboa envelheceu em termos territoriais, o que variou muito. Nos anos 90 aquilo a que chamávamos a população mais idosa vivia no eixo dos bairros históricos, eixo central da cidade (representado pela linha vermelha no gráfico). Representado pela linha azul, temos à volta a periferia, nomeadamente os bairros municipais, e as expansões da cidade, todas áreas mais jovens. Na década de 2000 ficou marcada a verde praticamente toda a zona ribeirinha, como a zona de grande concentração da população idosa, não se renovou, e manteve-se os mais jovens apenas na zona da Alta de Lisboa e na zona de Marvila. Em 2011 encontramos marcadas a vermelho as zonas mais envelhecidas da cidade, que são Alvalade, Avenidas Novas, São João de Deus. Isto porque são bairros dos anos 50 e as pessoas que foram para lá morar têm hoje mais de 65 anos. Por isso é que quando ouvimos as questões em volta da Lei das Renditas, vimos a dinamização que existiu junto dos moradores das Avenidas Novas em relação a esta questão porque são os mais afectados. Aqui neste gráfico (mostrou outro slide) temos a percentagem

de idosos isolados por freguesia, onde se mostra o eixo central (Alfama, Castelo) e a zona ocidental (Alcântara). Os idosos com maior dependência económica em 2011 concentravam-se na zona do casco histórico, informação retirada do indicador dos que recebiam Complemento Solidário para Idosos. Este indicador já não é hoje muito relevante, pois os critérios para este complemento foram alterados. Logo, se se comparasse hoje via-se menos pessoas com este Complemento Solidário para Idosos, mas não é porque haja menos pessoas com necessidades, mas como os critérios mudaram existem menos pessoas a receber este Complemento. Hoje fala-se em envelhecimento activo, e isto é uma espécie de compensação por nos terem chamado de inactivos durante tanto tempo. O envelhecimento activo significa uma atitude diferente, significa que as pessoas devem envelhecer conseguindo ter vida autónoma, ter formação contínua, poder participar na sociedade e executar acções de voluntariado. Fizemos um estudo na cidade de Lisboa coordenado pelo Professor Vilaverde Cabral sobre a participação da população idosa na cidade de Lisboa e verificamos que os indicadores são extremamente baixos e que a camada populacional entre os 50 e os 65 anos têm índices de participação mais altos do que o escalão etário seguinte. As determinantes do envelhecimento activo têm a ver com o rendimento económico, os factores de saúde, as questões do ambiente físico que rodeia a pessoa, condições de habitação e as condições de participação cívica. Visto que este é um problema determinante na cidade de Lisboa, em 2009 aprovou-se um Plano Gerontológico para a cidade. Agora mudamos a perspectiva, não temos um Plano para o envelhecimento, mas sim um Plano integrado para todos os direitos sociais na cidade, em que a componente do envelhecimento activo é uma dessas vertentes. Mas simultaneamente temos de trabalhar com os jovens, com os deficientes, com as minorias, entre outros. Para nós, esta questão do envelhecimento activo faz parte dos direitos sociais. O direito à dignidade entendido como um direito ao envelhecimento activo, de participação integral na sociedade. No Plano da acção dos direitos sociais da cidade de Lisboa, aprovado pela Assembleia Municipal, há dois grandes objectivos, que são promover a autonomia das pessoas idosas e potenciar as condições para a participação política, social e cultural. Estes objectivos estão depois traduzidos em missões e medidas. A primeira missão, crucial, são as questões da mobilidade e da solidão, e a segunda missão desenvolver estratégias para combater situações de risco social. Outro objectivo são as condições para a participação política, cultural e social. Na primeira missão os processos de tomada de decisão, na segunda missão os processos da aprendizagem ao longo da vida e o voluntariado. Em relação à mobilidade, Lisboa aprovou um Plano de Acessibilidade Pedonal, que está em curso aprovado em Fevereiro de 2014, e que visa tornar Lisboa mais amiga de todas as idades. Tem três objectivos, prevenir a criação de novas barreiras (a cidade à medida que vai sofrendo alterações vê as barreiras crescerem, basta atravessar um passeio e muitas vezes o passeio está totalmente ocupado com obras, buracos, sinais de trânsito, carros estacionados). Segundo objectivo promover a adequação progressiva dos espaços e edifícios já existentes. Fizemos o levantamento completo de todos os edifícios públicos existentes na cidade de Lisboa e temos as medidas identificadas para tornar acessíveis a idosos e pessoas com mobilidade reduzida todos os edifícios públicos da cidade. Isto passa por coisas como rampas, instalação de elevadores, entre outras, que naturalmente

depois terá de ser alargada aos edifícios particulares. A Lei já obriga mas os edifícios velhos feitos antes da legislação não estão preparados para estas condições. Adaptação também dos espaços públicos, e aqui a grande polémica que vos queria recordar é a questão da calçada à portuguesa. A calçada à portuguesa é um património fantástico, que honra a cidade, espalhado um pouco por todo o mundo, é um sinal identitário de Lisboa mas tem problemas graves sobretudo nas zonas muito inclinadas. Temos de encontrar um equilíbrio entre manter a tradição e acarinhá-la, e poder evoluir para novas soluções. Não têm de ser placas de betão como se vê noutras cidades, coisas muito feias, podem ser outras soluções, como aquela que estamos a experimentar na esquina da Rua de São Bento com a Avenida Álvares Cabral, onde já está aplicada uma nova solução, misturando o calcário lioz com pedras de granito não polido, que é cinzento claro e fica bonito. Esta solução escorrega muito menos. Na Rua Nova do Almada, Calçada do Sacramento, entre outras, sempre que há uma obra que permite intervir no passeio aproveita-se para colocar esta solução. É interessante que todos participem nesta discussão, pois muitas vezes somos confrontados com críticas na redes sociais referindo que Lisboa está a abandonar a calçada à portuguesa. Não é isso que está a acontecer, estamos a pedir ajuda para manter a calçada à portuguesa mas adaptá-la sempre que for preciso e útil. Ainda recentemente uma médica ortopedista me confidenciou que a sua maior clientela são pessoas que partem pernas na calçada à portuguesa. Este é um Plano muito recente, um trabalho de fundo, muito pormenorizado e estudado, os arquitectos fizeram desenhos para esta adaptação, que obviamente não é instantânea, cada vez que haja uma obra vai lá a equipa da acessibilidade pedonal para garantir que os pormenores batem certo e a mobilidade continua. Outro programa, e gosto muito desta imagem, eu sabia que um dia me ia esquecer de tudo, não sabia é que todos se iam esquecer de mim. Esta é a imagem de uma campanha que lançamos já em 2013 e que temos procurado desenvolver todos os anos, a que chamamos operação SÓS. Consiste numa rede telefónica permanente (número 808 204 204) ligada a uma sala onde estão PSP, Bombeiros, Protecção Civil, os serviços de emergência da cidade, 24 horas por dia, 365 dias por ano, e qualquer pessoa, por exemplo que não veja o vizinho há três dias, o farmacêutico que estranhe a ausência de um idoso, entre outros, que ligue para este número e a actuação é imediata. Os Bombeiros podem arrambar portas, e muitas vezes encontram pessoas já falecidas. Um alerta pode valer uma vida, e isto tem resultado, já conseguimos encaminhar muita gente para cuidados de saúde ou de alerta aos familiares. Trata-se de uma acção de cidadania para ajudar a que ninguém fique em risco sozinho em casa. Outro serviço, em colaboração com a PT e a Rede Social, é o Serviço de Teleassistência, onde disponibilizamos gratuitamente os equipamentos, telefones adaptados, permitindo o contacto fácil. As equipas que estão na Teleassistência telefonam frequentemente para os utentes para saber como estão, não deixando cair as pessoas na solidão. Existe ainda muita colaboração institucional, a Rede Social de Lisboa, onde participam muitas instituições como a CVP, a SCML com uma posição central, Juntas de Freguesia e outras IPSS, é a maior do país, são quase 400 entidades que fazem parte da Rede Social de Lisboa, é uma rede fantástica que está no terreno. Cada uma destas instituições apoiava os “seus” idosos, os “seus” sem-abrigo, os “seus” jovens dependentes, e agora a Rede Social tem procurado



integrar esse trabalho e criar equipas multidisciplinares das várias entidades para trabalharem em conjunto. Isto é também uma mudança de paradigma. O caso mais extraordinário, que já está a funcionar, mas cujos resultados são difíceis e morosos, é o trabalho com as pessoas sem-abrigo. Conseguiu-se que todas as organizações que em Lisboa trabalhavam com pessoas sem-abrigo se juntassem, e assim no Cais do Sodré estabeleceu-se um edifício gerido pela SCML, que é a Unidade Central de Atendimento de Pessoas Sem-abrigo, onde estão todas as organizações e que articulam entre si o trabalho que fazem. Chegavam a passar por exemplo no Jardim Constantino ou em Santa Apolónia, todos os dias, diferentes carrinhas de diferentes organizações a distribuir comida pelas mesmas pessoas, de uma forma que não fazia sentido. As pessoas sem-abrigo devem ser tratadas com dignidade, tendo um sítio onde se possam sentar e comer normalmente, não é apenas receberem alimentos na rua. No caso dos idosos, o grande desafio que temos para os próximos anos são os Centros de Dia. A grande maioria dos Centros de Dia são depósitos, apesar de haver também Centros de Dia fantásticos. Precisamos aqui de mudar o estilo de intervenção, nos chamados “Lares”, mudar a maneira como acolhemos as pessoas e fazer mais coisas inter-geracionais, misturando idosos com jovens. A SCML está a estudar soluções nesse sentido, algo muito importante, porque há de facto centros comunitários pioneiros no país que misturaram já as diferentes gerações. Mas o paradigma dominante ainda é o do Centro de Dia só dos idosos. Temos ainda um Banco Municipal de Voluntariado, sobretudo com pessoas séniores, que são mobilizados sobretudo na área da cultura e do ambiente. Existe ainda uma Rede que não tem a ver com o Município mas com a qual colaboramos que é a Rede das Universidades Sénior. Existem muitos séniores qualificados na cidade, por isso existem várias Universidades Sénior, e colocamos o desafio para que estas Universidades se abram à comunidade, ou seja, que colaborem com as escolas ou as Juntas de Freguesia à sua volta, e aqui reside um enorme potencial. Por exemplo, nas escolas existem miúdos que têm de ficar até mais tarde porque os pais não os podem ir buscar, miúdos com dificuldades escolares, e há recursos humanos nas Universidades Sénior disponíveis para apoiar essas situações. Um maior entrosamento entre os Agrupamentos escolares, as Juntas de Freguesia e as Universidades Sénior é um desafio muito interessante. Finalmente, estamos a fazer na Assembleia Municipal uma experiência interessante, que consiste em chamarmos uma vez por mês um ou dois aposentados, normalmente das Universidades, grandes especialistas que estão afastados da slides académicas mas aptos a transmitir o seu saber. É uma espécie de Conferências de Sábios, já fizemos uma sobre o tema “O chão que Lisboa pisa”, amanhã temos uma sobre arquitectura, com o Arquitecto Silva Dias, e o tema é “Conta-me como foi sonhar os Olivais”. Vai-nos contar como aquela equipa de jovens arquitectos imaginaram os Olivais. E vamos fazer isto noutras áreas, como História de Arte, Literatura, Jornalismo, entre outras, porque achamos que é muito importante que estas pessoas qualificadas e que são grandes comunicadores, possam continuar a transmitir o seu saber, comovendo-nos com aquilo que nos ensinam. Muito Obrigado.”